

Clausulas a que se refere o decreto n. 10.168, desta data

I

The Mexican Petroleum Products Company, Limited é obrigada a ter um representante geral no Brasil com plenos e illimitados poderes para tratar e definitivamente resolver as questões que se suscitarem, quer com o Governo, quer com particulares, podendo ser demandado e receber citação inicial pela companhia.

II

Todos os actos que praticar no Brasil ficarão sujeitos unicamente ás respectivas leis e regulamentos e á jurisdicção de seus tribunaes judiciarios ou administrativos, sem que, em tempo algum, possa a referida companhia reclamar qualquer excepção fundada em seus estatutos, cujas disposições não poderão servir de base para qualquer reclamação concernente á execução das obras ou serviços a que elles se referem.

III

Fica dependente da autorização do Governo qualquer alteração que a companhia tenha de fazer nos respectivos estatutos.

Ser-lhe-ha cassada a autorização para funcionar na Republica si infringir esta clausula.

IV

Fica entendido que a autorização é dada sem prejuizo do principio de achar-se a companhia sujeita ás disposições de direito que regem as sociedades anonymas.

V

A infracção de qualquer das clausulas para a qual não esteja comminada pena especial será punida com a multa de um conto de réis (1:000\$000) a cinco contos de réis (5:000\$000) e no caso de reincidencia com a cassação da autorização concedida pelo decreto em virtude do qual baixam as presentes clausulas.

Rio de Janeiro, 9 de abril de 1913. — *Pedro de Toledo.*

Eu abaixo assignado, traductor publico e interprete commercial juramentado da praça do Rio de Janeiro, por nomeação da meritissima Junta Commercial da Capital Federal;

Certifico pelo presente que me foi apresentado um documento escripto no idioma inglez, afim de o traduzir para

vernáculo, o que assim cumpri em razão do meu officio e cuja tradução é a seguinte:

TRADUÇÃO

LEI DAS COMPANHIAS, CONSOLIDADA, DE 1908

Companhia limitada por ações

Memorandum de associação da The Anglo Mexican Petroleum Products Company, Limited

1. O nome da companhia é The Anglo Mexican Petroleum Products Company, Limited.

2. O escriptorio registrado da companhia será situado na Inglaterra.

3. Os fins para os quaes a companhia é formada são os seguintes:

1. iniciar e explorar, em todos os seus ramos, os negocios de commerciantes de oleo e de importadores e negociantes em grosso e a retalho de oleo bruto e oleo combustivel, petroleo e outros oleos, naphita, graxas, ceras, substancias mineraleas e chemicas, petroleo, asphalto, benzina e outros productos e sub-productos de oleos;

2. explorar o negocio de commerciantes e negociantes em geral fabricantes de productos chimicos tinta e verniz, contractantes de calçamento, trabalhos e asphalto, corretores fabricantes, agentes commissarios, donos de armazens, trapicheiros, donos de navios, de saveiros, catraias, constructores, empreiteiros e engenheiros;

3. comprar, fretar ou adquirir de outra forma, possuir, vender, negociar ou dispor de vapores, navios de vela, vapores com depositos, barcas, saveiros, rebocadores ou outros navios ou embarcações de toda a sorte, e fazer comprar, arrendar, edificar, construir, adquirir, vender, negociar, dispor, assentar e manter reservatorios, refinarias, wagons reservatorios, tanques, encanamentos, linhas maritimas, barris, recipientes e pertences, e praticar e fazer todos e quaesquer outros actos e cousas necessarios e convenientes para obter, refinar, armazenar, transportar, vender, entregar e distribuir oleo bruto e oleo combustivel, petroleo e seus productos ou oleo de qualquer qualidade ou outros artigos para os fins da companhia;

4. adquirir e negociar em propriedades e direitos de toda a sorte, situados onde quer que seja, e especialmente em terras, edificios, minas, direitos de minas e de oleo, concessões patentes licenças, direitos de autor, marcas de fabrica, negocios, empresas e empreitadas e quaesquer interesses em bens moveis ou immoveis e direitos sobre quaesquer bens ou contra pessoa ou pessoas, e explorar e desenvolver qualquer desses bens e negocios ligados aos mesmos;

5. explorar negocio de banqueiros, financeiros, incorporadores, contractantes de coonstrução de obras de toda a especie (publicas ou particulares) e concessões e bem assim toda a sorte de explorações e lançamento de negocios, negocios de empreitada, mineração ou engenharia, e negocios de garantia e indemnização;

6. construir, explorar, manter, melhorar, gerir ou dirigir obras e serviços de toda a sorte (publicos ou particulares), inclusive estradas de rodagem, caminhos, linhas de bondes, estradas de ferro, tanques, encanamentos elevadoras, telegraphos, telephones, navios, saveiros reservatorios, pontes, caes, docas, canaes, obras hydraulicas, de energia, gaz, oleo, electricidade, drenagem ou irrigação ou iluminação, mercados, feiras, casas de residencia armazens, edificios publicos, refinações, fabricas ou trapiches, serviços postaes, empresas de transporte por terra e sobre agua, logares de diversões, recreio e instrução, ou auxiliar e tomar parte em quaesquer desses serviços e construção, conservação, exploração, gestão ou administração;

7. segurar e manter no seguro, opportunamente, todos ou parte dos bens da companhia e qualquer outra propriedade ou cousa em que a companhia possa estar interessada ou por que possa ser responsavel, e bem assim segurar contra accidentes os empregados da companhia, e pelas quantias, contra os riscos e do modo que a companhia determinar, e quer mediante pagamento de premios a qualquer companhia, segurador, firma ou pessoa, quer reservando do activo da companhia ou de outra forma um fundo de seguro, ou tornando-se socios ou subscrevendo em qualquer companhia de seguro mutuo, sociedade protectora ou indemnizadora, associação, club ou outra corporação;

8. assumir e executar trusts de toda a sorte explorar qualquer ramo de negocio de agencia;

9. explorar ou interessar-se em negocios de seguros industriaes, de manufactura ou commerciaes, e outras occupações quaesquer que possam parecer susceptiveis de explorar convenientemente em ligação a quaesquer dos bens e direitos da companhia, na occasião;

10. explorar ou interessar-se em qualquer outro negocio que possa parecer a companhia susceptivel de explorar convenientemente em ligação com qualquer dos fins supra descritos ou que pareça valorizar directamente ou indirectamente ou tornar util qualquer dos bens ou direitos da companhia;

11. preparar terreno para edificar e construir, melhorar, alugar mediante arrendamento, adiantar dinheiro a pessoas que estiverem edificando ou desenvolver os mesmos de outra forma do modo que parecer conveniente para beneficiar os interesses da companhia;

12. comprar ou adquirir de outra forma e assumir todos ou qualquer parte dos negocios, bens e responsabilidades de qualquer pessoa ou companhia que explorar qualquer negocio que esta companhia estiver autorizada a explorar, ou que possuir bens susceptiveis de serem utilizados para os fins da companhia;

13. celebrar contractos, arranjos e accórdos, ou auxiliar com capital, credito, meios ou recursos para o proseguimento de obras, empresas, projectos e empreitadas, qualquer governo ou Estado ou autoridade suprema, municipal, local ou outra, ou corporação, companhia, associação ou individuos e obter desses governos ou autoridades ou corporações todos e quaesquer direitos, concessões e privilegios que possam parecer conducentes aos fins da companhia ou a qualquer delles, e oppor-se á outorga de quaesquer desses direitos, concessões e privilegios a outros;

14. pagar quaesquer direitos ou propriedades adquiridos pela companhia ou qualquer serviço prestado á companhia, com ações integradas ou com parte do capital realizado ou com debentures ou outras obrigações da companhia, e fazer pagamentos ou dadas a titulo de bonificação ou de outra forma, e em dinheiro ou de outro modo, por conselhos ou pareceres dados, ou por serviços de qualquer especie prestados á companhia ou em que a companhia estiver directa ou indirectamente interessada, o em geral fazer ou obrigar-se a fazer pagamentos em virtude de qualquer assumpto referente á companhia ou não, e pagar, satisfazer ou fazer accórdo relativamente a qualquer reclamação feita contra a companhia que fór conveniente pagar, satisfazer ou saldar, a despeito disso não ser valido por lei;

15. associar-se ou fazer arranjo para partilha de lucros, união de interesses, risco conjunto, concessões reciprocas ou cooperação com qualquer pessoa ou companhia que explorar ou se occupar, ou estiver em vias de se occupar ou de explorar negocio ou transacção em que a companhia possa entrar ou que possa explorar, e qua seja susceptivel de trazer vantagens directas ou indirectas para esta companhia, e lancar, subsidiar ou auxiliar de outra forma qualquer dessas companhias, ou companhia subsidiarias ou filiaes;

16. em geral, comprar, edificar, tomar de arrendamento ou em troca, ou adquirir de outra forma, fretar, afretar, alugar ou tomar de aluguer, usar, dispor, empregar ou utilizar quaesquer bens moveis ou immoveis e direitos ou privilegios que a companhia julgar necessarios ou convenientes com respeito a qualquer destes fins ou capazes de ser lucrativamente explorados em ligação com qualquer dos bens da companhia ou dos seus direitos na occasião;

17. estabelecer, lancar, formar, e subsidiar ou auxiliar de outra forma o estabelecimento, lançamento ou formação de qualquer outra companhia no Reino Unido ou alhures, e proseguir ou auxiliar o proseguimento de qualquer outra empresa ou negocio de qualquer especie no Reino Unido ou alhures, e assegurar por meio de subscrição ou de outra forma a subscrição de todo ou parte do capital ações ou outro, inclusive de quaesquer ações, titulos ou debentures, debenture stock, ou outras obrigações desta ou de qualquer outra companhia, e pagar ou receber qualquer comissão, corretagem ou outra remuneração relativa a isso, e obter uma liquidação ou cotação em qualquer Bolsa, de qualquer acção ou outro titulo do capital desta ou de outra companhia qualquer;

18. pagar todas e quaesquer custas, despesas e encargos preliminares ou incidentes e relativos ao lançamento, formação, registro ou estabelecimento desta ou de qualquer outra companhia ou ao levantamento, subscrição, emissão ou liquidação ou cotação em qualquer Bolsa, opportunamente, de qualquer parte do capital ações original ou futuro ou de outro capital desta ou de outra companhia e remunerar mediante comissão, desconto ou de outra forma qualquer pessoa ou companhia por serviços prestados na collocação ou coadjuvação da collocação de qualquer desse capital, ou pela obtenção ou coadjuvação para a obtenção de uma liquidação ou cotação do mesmo capital em qualquer Bolsa, ou por serviços preliminares ou incidentes ou referentes ou ligados ao lançamento, formação, registro ou estabelecimento desta ou de qualquer outra companhia ou por outro serviço qualquer, e levar qualquer pagamento ou remuneração dessa especie á conta do capital ou da renda;

19, estabelecer e supportar ou auxiliar o estabelecimento e manutenção de associações, instituições ou corporações tendo por fim auxiliar empregados ou ex-empregados da companhia ou dos predecessores desta, no negócio, ou os dependentes ou parentes dessas pessoas, e dar pensões e mezas e fazer pagamentos de seguro e subscrever ou garantir dinheiro para fins de caridade e beneficência ou para qualquer exposição ou para qualquer fim de utilidade publica em geral;

20, vender a empresa da companhia ou qualquer parte da mesma, pelo preço que a companhia entender e especialmente por acções ou *debentures*, *debenture stock* ou outras obrigações de qualquer outra companhia, integradas ou não, e distribuir entre os socios da companhia, em especie, qualquer propriedade da companhia, e especialmente acções, *debentures* ou obrigações de outras companhias, pertencentes à companhia ou de que a companhia tiver direito de dispor;

21, obter qualquer ordem provisoria ou acto do Parlamento para habilitar a companhia a explorar qualquer dos seus fins e para introduzir qualquer modificação na constituição da companhia ou para quaesquer outros fins que pareçam convenientes, e oppor-se a quaesquer actos ou pedidos que pareçam prejudicar directa ou indirectamente a companhia;

22, levantar ou tomar emprestado ou garantir o pagamento de dinheiro, do modo e mediante as condições que parecerem convenientes, e especialmente mediante emissão do *debentures stock*, perpetuos ou não, e gravando ou não todos ou parte dos bens e direitos da companhia, presentes e futuros, inclusive seu capital a realizar, títulos e obrigações, de qualquer especie, e resgatar, comprar ou pagar quaesquer dessas obrigações, negociar empréstimos de toda a sorte, e adiantar ou emprestar dinheiro sobre terras, mercadorias, navios ou outros bens de toda a especie, ou sem garantia. Receber dinheiro em deposito.

23, Sacar, aceitar, endossar, emittir e girar com letras de cambio, notas promissórias, *debentures*, *warrants* e outros instrumentos e obrigações.

24, Permittir que o titulo legal de qualquer propriedade comprada ou adquirida por outra maneira pela companhia fique a receber ou confiar-as a *trustees* ou não.

25, Fazer todas e quaesquer das cousas supra em qualquer parte do mundo, como principaes agentes, *trustees*, contractantes ou em outra qualquer qualidade, somente ou conjuntamente com outros, e por intermedio de agentes, sub-contractantes, *trustees* ou outros.

26, Vender, melhorar, gerir, desenvolver, trocar, resgatar, arrendar, hypothecar, dispor, utilizar ou girar de outra forma com todos ou quaesquer dos bens ou direitos da companhia.

27, Conseguir que a companhia seja registrada, legalizada, domiciliada ou reconhecida em qualquer paiz ou colonia, e conseguir sua incorporação no mesmo caracter como sociedade anonyma ou em outra capacidade em qualquer paiz ou colonia.

28, Exercer todos os poderes conferidos pela Lei Consolidada das Companhias de 1908, e por qualquer outra lei opportunamente em vigor, relativa a sociedades anonymas e que não estiver autorizada diversamente no presente.

29, Fazer todas as outras cousas que são incidentes ou conducentes à obtenção dos fins supra e de modo que a palavra "companhia" nesta clausula, salvo quando se referir a esta companhia, seja considerada incluindo qualquer sociedade ou outra agremiação de pessoas, incorporadas e domiciliadas no Reino Unido, ou alhures, e de modo que os fins especificados em qualquer dos paragraphos da presente clausula não sejam absolutamente limitados nem restrictos por referencia ou referencia pelos termos de qualquer outro paragrafo ou do nome da companhia. Porém, de modo que nada do que no presente se contém dará poderes à companhia para tratar de negocios de seguro das classes especificadas na lei das Companhias de Seguro de 1909, em contrario ao disposto naquello acto (lei) nem dará poderes para explorar no Reino Unido negocios de telegraphos e telephones dentro do privilegio especial conferido ao Correio Geral de Sua Magestade pelas leis de telegraphos, sem a autorização do mesmo correio geral.

4.º A responsabilidade dos socios é limitada.

5.º O capital da companhia será de £ 250.000 (duzentas e cincoenta mil libras) dividido em 250.000 (duzentas e cincoenta mil) acções do capital, de uma libra cada uma, com poderes para dividir as acções do capital na occasião, em varias classes, e para attribuir as mesmas quaesquer direitos preferenciaes, differidos, qualificações, privilegios ou outras condições.

Nos, as diversas pessoas cujos nomes e endereços constam da lista abaixo, desejamos constituir-nos em conformidade do

presente memorandum de associação e respectivamente nos obrigamos a tomar o numero de acções do capital da companhia, declarado em frente dos nossos respectivos nomes:

Nomes, endereços e qualificação dos subscriptores — Numero de acções tomadas por cada subscriptor.

B. C. Pearson, 16, Carlton House Terrace S. W., negociante	Cem
Jno. H. Macdonald, 47, Parliament, St. S. W. contador juramentado	Cem
J. Purdy, 58, Christchurch Road, Streatham Hill, S. W., gerente commercial	Cem
H. W. Masters, Foxley Lane, Purley, Surrey, negociante	Cem

Datado neste dia 23 de julho de 1912. — Testemunha das assignaturas de todos os supra nomeados. — Alan G. Gibson, 21, Leadenhall Street E. C., advogado.

Por cópia conforme. — Geo J. Sargent, registrador auxiliar de sociedades anonymas.

(Sello de um shilling gravado no documento.)

No principio lia-se: Registrado: 88.107 — 24 de julho de 1912. (Estava a chancella do Registro de Companhias de Inglaterra.) Colladas e inutilizadas estampilhas no valor de oito shillings e oito dinheiros.

LEI CONSOLIDADA DAS COMPANHIAS, DE 1908

Companhia limitada por acções

Estatutos da The Anglo Mexican Petroleum Products, Company, Limited

PRELIMINARES

1. Os regulamentos contidos na tabella A do titulo primeiro da lei consolidada de companhias de 1908 não se applicarão à companhia.

INTERPRETAÇÃO

2. Nos presentes estatutos, salvo quando a contextura exigir o contrario, as expressões definidas nas leis das companhias terão as significações dadas nas mesmas leis; e as palavras indicando o numero singular incluirão o plural, e vice-versa; e as palavras indicando o genero masculino incluirão o feminino; e as seguintes palavras e expressões terão as seguintes interpretações, salvo quando essa interpretação for repellido pelo assumpto ou pela contextura, videlicet:

A companhia, quer dizer The Anglo Mexican Petroleum Products Company, Limited.

As leis das companhias, quer dizer e incluye a lei consolidada de companhias, de 1908 e outras quaesquer leis opportunamente em vigor referentes a sociedades anonymas que possam ser applicaveis à companhia.

"Estes estatutos" quer dizer os estatutos da companhia ou os seus regulamentos constituídos pelo presente acto ou os outros estatutos ou regulamentos da companhia que então estiverem em vigor.

"O Escriptorio", quer dizer o Escriptorio Registrado da Companhia na occasião.

"Mez", quer dizer o mez solar.

"O sello", quer dizer o sello commum da companhia.

"Os directores", quer dizer os directores da companhia na occasião.

"Integralizada" incluye creditada como integralizada.

"Dividendo" quer dizer bonificação.

"Testamenteiro" quer dizer a pessoa a quem houver sido outorgado o cumprimento de um testamento, e "administrador", a pessoa que for incumbida na Inglaterra da gerencia dos bens e espolio de pessoa que fallecer sem testamento.

NEGÓCIO

3. Os directores observarão no inicio dos negocios as restricções impostas pelas leis das companhias.

ACÇÕES

4. Salvo quaesquer direitos especiaes previamente concedidos aos possuidores de acções axistentes da companhia, qualquer acção da companhia poderá ser emittida com os direitos preferenciaes, differidos ou especiaes, privilegios, condições ou restricções quer relativamente a dividendo, voto, devolução de capital, quer a outro assumpto, que a companhia, opportunamente determinar mediante resolução especial.

5. Si em qualquer ocasião o capital acções for dividido em diferentes classes de acções, ou direitos, privilegios ou condições inherentes a qualquer classe (salvo disposição em contrario nos termos da emissão das acções dessa classe) poderão ser alterados com o consentimento escripto dos possuidores de tres quartos das acções emitidas dessa classe, ou com a sanção de uma resolução extraordinaria votada em assembleia geral especial dos possuidores das acções emitidas dessa classe. A todas essas assembleias geraes especiaes applicar-se-hão mutatis mutandis as disposições contidas nos presentes estatutos com respeito á assembleias geraes, porém de forma que o quorum necessario será constituido por duas pessoas, no minimo, possuindo ou representando por procuração, no minimo, a metade das acções emitidas dessa classe.

6. As acções do capital original da companhia ficarão á disposição dos directores e estes poderão distribuir e dar opções com respeito ás mesmas e dispor dellas de outra forma em favor das pessoas nas épocas e mediante as condições que entenderem e os directores ao ser feita qualquer distribuição de acções deverão cumprir na devida forma o disposto nas leis das companhias.

7. O numero de socios da companhia (sem contar as pessoas que estiverem empregadas na companhia) não deverá em tempo algum exceder de cincoenta, e quando duas ou mais pessoas possuirem uma ou mais acções conjuntamente, para os effeitos da presente clausula, serão consideradas um só socio.

8. Não será convidado o publico a subscrever acções ou debentures ou debenture stock da companhia.

9. A companhia ou os directores por parte della poderão exercer os poderes conferidos pelas leis das companhias, pagando commissões a qualquer pessoa ou pessoas pelo facto de subscreverem ou se obrigarem a subscrever, absoluta ou conditionalmente, quaesquer acções da companhia, ou por conseguirem ou se obrigarem a conseguir subscriptores, absoluta ou conditionalmente, de acções da companhia, porém comtanto que a porcentagem ou importancia da commissão, em dinheiro ou acções, sem contar qualquer chamada sobre as acções, não exceda á taxa ou importancia igual a vinte por cento do valor nominal das acções com respeito a que essa commissão fór paga, e a companhia ou os directores por parte da companhia poderão tbm ao emitir quaesquer acções pagar a corte-lagem que julgarem ser legal.

10. A companhia terá o direito de considerar o possuidor registrado de qualquer acção como o dono absoluto da mesma e nessa conformidade não será obrigada a reconhecer, quer tenha aviso quer não, qualquer direito equitativo ou interesse em uma acção por parte de qualquer outra pessoa a não ser do modo disposto nestes estatutos, ou qualquer interesse em fracções de uma acção, porém como observancia do disposto nas leis das companhias, a companhia poderá, si entender, reconhecer qualquer desses interesses ou direitos supracitados.

11. Toda a pessoa cujo nome for inscripto como socio no registro de socios terá direito, sem pagar, a um certificado sellado com o sello da companhia, especificando as acções que possuir e a importancia realizada sobre as mesmas; fica entendido que no caso de acções possuidas conjuntamente por varias pessoas, a companhia não será obrigada a emitir mais de um certificado, e a entrega de um certificado de acção a um dos varios possuidores será entrega sufficiente do certificado a todos. Os certificados poderão ser entregues a qualquer pessoa que deixar a transferencia dos mesmos no escriptorio.

12. Si um certificado de acção se apagar, perder ou ficar destruido, poderá ser renovado mediante pagamento de um emolumento, si houver, nunca superior a um shilling e mediante as condições quanto a prova e indemnização, que os directores entenderem.

13. Nenhuma parte dos fundos da companhia poderá ser empregada na compra ou em emprestimos garantidos pelas acções da companhia.

DIREITO DE RETENÇÃO

14. A companhia terá um direito preferencial de retenção sobre todas as acções (que não forem integralizadas) que figurarem nos registros no nome de uma ou mais pessoas por todas as chamadas e outros dinheiros devidos por essa pessoa ou pessoas ou por qualquer dellas com respeito a essa acção ou a quaesquer outras acções e por todas as dividas, responsabilidades e compromissos dessa pessoa ou pessoas, ou qualquer dellas, quer a época do pagamento, cumprimento ou execução dos mesmos tenha chegado ou vencido, quer não; porém, os directores poderão em qualquer tempo declarar qualquer acção total ou parcialmente isenta das disposições desta clausula. O direito de retenção da companhia, si houver, sobre uma acção estender-se-ha a quaesquer dividendos a pagar sobre as mesmas. A companhia não terá direito de retenção sobre acções integralizadas.

15. A companhia poderá vender, do modo que os directores entenderem, quaesquer acções sobre as quaes a companhia tiver direito de retenção, porém não se realizará venda alguma sem que alguma importancia que houver originado o direito de retenção se tenha vencido e sem que hajam decorridos vinte e oito dias da expedição de um aviso escripto reclamando o pagamento dessa importancia que criou o direito de retenção por se ter vencido o prazo do pagamento da mesma, ao possuidor registrado na ocasião, da acção ou a pessoa com direito á acção, em virtude da morte ou fallencia do titular.

16. O producto da venda será applicado ao pagamento da parte da importancia em virtude da qual existir o direito de retenção e que houver de ser paga nessa ocasião, e o saldo (salvo igual direito de retenção resultante de quantias ainda não pagas e que existir gravando as acções anteriormente á venda) será pago á pessoa com direito ás acções na data da venda. O comprador será registrado como possuidor das acções e não será obrigado a verificar a applicação dada ao dinheiro da compra, nem seu titulo as acções será affectado por qualquer irregularidade ou nullidade nos actos referentes á venda.

CHAMADAS SOBRE ACÇÕES

17. Os directores poderão, opportunamente, fazer chamadas aos socios com respeito a quaesquer dinheiros a pagar sobre suas acções, contanto que nenhuma chamada exceda a um quarto do valor nominal das acções, nem seja exigivel antes de decorrido um mez, no minimo, da chamada anterior; e cada socio (que deverá receber um aviso com quatorze dias de antecedencia no minimo, especificando a época ou épocas de pagamento) pagará á companhia na época ou épocas assim mencionadas, a importancia reclamada como chamada, sobre suas acções.

18. Os possuidores conjuntos de uma acção serão junta e separadamente obrigados pelo pagamento de quaesquer chamadas de capital feitas sobre a mesma acção.

19. Si uma importancia chamada com respeito a uma acção não for paga no dia ou antes do dia marcado para o pagamento da mesma, a pessoa de quem essa importancia for exigivel pagará juros sobre a importancia á taxa de £ 10 por cento, por anno, desde o dia marcado para o pagamento da mesma até a occasião em que effectuar o pagamento, porém, os directores terão a faculdade de dispensar o pagamento dos juros no todo ou em parte.

20. O disposto nestes estatutos com respeito ao pagamento de juros applicar-se-ha no caso de falta de pagamento de qualquer quantia que, conforme as condições de emissão de uma acção, houver de ser paga em época determinada, quer por conta do valor da acção quer a titulo de premio como se essa quantia houvesse de ser paga em virtude de uma chamada devidamente feita e notificada.

21. Os directores poderão fazer accórdos sobre a emissão de acções estabelecendo uma differença entre os possuidores, na importancia das chamadas a pagar e na épocas do pagamento.

22. Os directores poderão, si entenderem, receber de qualquer socio que quizer adiantar, todas ou parte de quantias a chamar e a pagar sobre quaesquer acções por elle possuidas; e sobre todos ou quaesquer dinheiros adiantados dessa forma poderão (até os mesmos se tornarem exigiveis) pagar, em virtude do adiantamento, juros á taxa que for combinada entre o socio que fizer o deantamento e o directores.

TRANSFERENCIA E TRANSMISSÃO DE ACÇÕES

23. O instrumento de transferencia de uma acção qualquer da companhia será outorgado e firmado pelo transferente e pelo transferido, e o transferido será considerado o dono da acção até o nome do transferido ser inscripto no registro de socio com respeito á mesma acção.

24. As acções da companhia serão transferidas por instrumento escripto na forma commum e usual, ou de qualquer outro modo que os directores approvarem.

25. Os directores poderão recusar o registro de uma transferencia de acções em favor de uma pessoa que não approvarem, e poderão tbm recusar o registro de qualquer transferencia de acções sobre que a companhia tiver um direito de retenção. Os directores poderão igualmente suspender o registro de transferencias durante os quatorze dias que precederem immediatamente a assembleia geral ordinaria de cada anno. Os directores poderão recusar-se a reconhecer qualque instrumento de transferencia a menos que (A) um emolumento nunca superior a dous shillings e seis dinheiros seja pago á companhia com respeito ao mesmo, e (B) a menos que o instrumento de transferencia seja acompanhado de certificado das acções a que se referir, e a menos que seja produzida qualquer outra prova que os directores rasoavel-

mente exigirem para demonstrar o direito de transferir esse instrumento.

26. Os testamentários ou administradores de um possuidor isolado de uma acção serão as únicas pessoas que a companhia reconhece como tendo direito á acção. No caso de uma acção registrada no nome de duas ou mais pessoas, os sobreviventes ou sobrevivente ou os testamentários ou administradores do ultimo sobrevivente, serão as únicas pessoas que a companhia reconhece como tendo direito á acção.

27. Qualquer pessoa que ficar com direito a uma acção em consequencia da morte ou fallencia de um socio, mediante provas do seu titulo que opportunamente os directores exigirem, terá direito de ser registrada como socio com respeito a essa acção ou, em vez de registrar-se pessoalmente, transferir a acção como o socio fallecido ou fallido poderia ter feito; porém, os directores, em qualquer dos casos, terão o direito de recusar ou suspender o registro, como teriam tido no caso de uma transferencia da acção feita pelo socio fallecido ou fallido antes de fallecer ou de fallir.

28. A pessoa que ficar com direito a uma acção em virtude de morte ou fallencia de um socio, terá direito, apresentando as provas do seu titulo que opportunamente a directoria exigir, aos mesmos dividendos e outras vantagens a que teria direito si fosse o possuidor registrado da acção; excepto o caso de, antes de ser registrado como socio com respeito á acção, não poder exercer qualquer direito conferido pelo titulo de socio em relação ás assembleas da companhia.

COMISSÃO DE ACÇÕES

29. Si um socio deixar de pagar qualquer chamada ou prestação de chamada no dia marcado para o pagamento da mesma, os directores poderão, em qualquer tempo subsequente, durante o periodo em que essa chamada ou prestação ficar por pagar, convidá-lo por meio de aviso a pagar a chamada, ou prestação que estiver por pagar e mais os juros que puderem se ter accumulados.

30. O aviso indicará um dia ulterior (nunca antes de quatorze dias contados da data do aviso) no qual ou antes do qual o pagamento exigido no aviso deve ser realizado, e deverá declarar que na falta do pagamento no dia ou antes do dia marcado, as acções em respeito ás quaes a chamada houver sido feita, serão passíveis de cair em commissão.

31. Si as exigencias de qualquer desses avisos não forem cumpridas, qualquer acção em virtude de que o aviso fôr dado, poderá, em qualquer tempo subsequente, antes do pagamento exigido pelo aviso haver sido effectuado, cair em commissão por resolução dos directores para esse fim.

32. Uma acção cahida em commissão poderá ser vendida ou alienada de outra forma, mediante as condições e do modo que os directores entenderem e em qualquer occasião antes de ser vendida ou alienada, o commissão poderá ser cancelado mediante as condições que os directores entenderem.

33. Uma pessoa cujas acções houverem cahido em commissão deixará de ser socio em virtude das acções cahidas em commissão, porém, a despeito disso, ficará responsável pelo pagamento á companhia de todos os dinheiros que ao tempo do commissão, tiverem de ser pagos por elle á companhia em virtude das acções; sua responsabilidade, porém, cessará si e quando a companhia receber o pagamento integral do valor nominal das acções.

34. Uma declaração estatutória escripta de que o declarante é director da companhia, e que uma acção da companhia cahiu em commissão na data consignada na declaração, constituirá prova concludente dos factos nella consignados para contrapor a qualquer pessoa que reclamar direitos á acção, e essa declaração e o recibo da companhia da quantia, si houver paga pela acção ao ser vendida ou alienada, constituirão titulo valido á acção, e a pessoa a quem a acção fôr vendida ou em favor de quem fôr alienada, será registrada como possuidor da acção e não será obrigada a verificar a applicação dada ao dinheiro que pagou pela acção, si fôr o caso, nem seu titulo á acção será affectado por qualquer irregularidade ou nullidade nos actos referentes ao commissão, venda ou alienação da acção.

35. O disposto nestes estatutos com respeito ao commissão applicar-se-ha no caso de falta de pagamento de qualquer quantia que, nos termos da emissão de uma acção, heuver de ser paga em época determinada, quer por conta do valor da acção quer a titulo de premio, como si tal quantia fosse exigível em virtude de chamada devidamente feita e notificada.

CONVERSÃO DE ACÇÕES EM TITULOS

36. Os directores poderão, com a sancção da companhia outorgada anteriormente em assemblea geral; converter acções integradas em titulos, e poderão com identica approvação, reverter titulos em acções integradas de qualquer tipo.

37. Os possuidores de titulos poderão transferir os mesmos ou parte delles, do mesmo modo e mediante os mesmos regulamentos que e de accordo com os quaes as acções que deram origem aos titulos poderiam anteriormente á conversão; haver sido transferidas, ou tão semelhantemente quanto as circunstancias admittirem; porém os directores poderão opportunamente fixar o minimo de titulos a transferir, e restringir ou prohibir a transferencia de fracções desse minimo, e o minimo não deverá exceder ao valor nominal das acções que deram origem aos titulos.

38. Os possuidores de titulos terão, na conformidade da importancia dos titulos que possuirem, os mesmos direitos, privilegios e vantagens no tocante a dividendos, voto em assembleas da companhia e outros assumptos que se possuirem as acções de que provierem os titulos, porém esses privilegios ou vantagens (salvo o de participar nos dividendos e lucros e activos da companhia) não serão conferidos por qualquer dessas partes aliquotas de titulos que se estivessem representadas por acções, não teriam conferido esses privilegios ou vantagens.

ALTERAÇÃO DO CAPITAL

40. A companhia, mediante resolução extraordinaria, poderá augmentar o capital-acções da importancia que entender dividindo-o em acções do valor que ficar determinado nessa resolução.

41. Salvo qualquer instrucção em contrario que possa ser dada na resolução sancionando o augmento do capital acções, todas as acções novas serão, antes de emitir, offerecidas ás pessoas que na data da offerta tiverem direito de receber avisos da companhia, de assembleas geraes, na proporção; tanto quanto as circunstancias permittirem, da quantidade das acções existentes que elles possuirem.

O offerecimento far-se-ha mediante aviso especificando o numero de acções offerecidas e limitando um prazo dentro do qual o offerecimento, si não fôr acceto, será considerado recusado, e depois de expirado esse prazo, ou ao ser recebido aviso da pessoa a quem foi feita a offerta, de que não deseja subscrever as acções offerecidas, os directores poderão dispor das mesmas acções do modo que entenderem ser mais vantajoso para a companhia.

Os directores poderão tambem dispor de quaesquer acções novas que (em virtude da proporção a que estão sujeitas as novas acções com respeito ás acções possuidas pelas pessoas com direito á subscrição das novas acções) não puderem, no entender dos directores, ser convenientemente offerecidas na conformidade do disposto nesta clausula.

42. As novas acções ficarão sujeitas ás mesmas disposições com respeito á distribuição, direito de retenção, chamadas, transferencia, transmissão commissão e outras, que as acções do capital primitivo.

43. A companhia, mediante resolução especial, poderá:

a) consolidar e dividir o seu capital acções em acções de maior valor do que as existentes;

b) subdividindo suas acções existentes, ou quaesquer dellas, dividir todo ou parte do seu capital acções em acções de menor valor do que o estabelecido pelo memorandum de associação, salvo entre tanto o disposto nas Leis das Companhias;

c) cancelar quaesquer acções que, na data da votação da resolução, houverem deixada de ser tomadas ou que pessoa alguma não se tenha comprometido a tomar;

d) reduzir seu capital acções de qualquer modo e sujeito a qualquer autorização accidental ou consentimento exigido por lei.

ASSEMBLEAS GERAES

44. A assemblea geral estatutória da companhia realizar-se-ha dentro do prazo exigido pelas Leis das Companhias.

45. Uma assemblea geral da companhia realizar-se-ha uma vez por anno na occasião (nunca mais de quinze mezes depois de realizada a assemblea geral anterior) e no lugar que a companhia estabelecer em assemblea geral, ou na falta disso, na occasião e no lugar que os directores determinarem.

46. As assembleas geraes supramencionadas serão chamadas assembleas ordinarias; todas as outras assembleas geraes chamar-se-hão assembleas extraordinarias.

47. Os directores poderão, sempre que entenderem, convocar uma assemblea geral extraordinaria, e poderão ser tambem convocadas assembleas geraes extraordinarias mediante essa requisição, ou na falta della, convocadas pelos requisicionistas do modo prescripto pelas Leis das Companhias. Si em qualquer tempo não houver no Reino Unido directores em numero sufficiente para constituir *quorum*, qualquer director ou dois socios quaesquer da companhia poderão convocar

uma assembléa geral extraordinária do mesmo modo, tanto quanto possível, pelo qual as assembléas podem ser convocadas pelos directores.

ACTOS EM ASSEMBLÉAS GERAES

48. Será dado um aviso com sete dias de antecedência, no mínimo (sem contar o dia em que o aviso fôr remetido ou considerado remetido, porém incluindo o dia para o qual o aviso fôr dado) determinando o lugar, dia e hora da reunião, o no caso de assumpto especial a tratar, a natureza geral do mesmo será communicada do modo ulteriormente mencionado nestes estatutos, ou de outro modo qualquer, si however, que fôr determinado pela companhia em assembléa geral, ás pessoas que, na conformidade do disposto nestes estatutos, tiverem direito de receber esses avisos da companhia; porém a omissão accidental do aviso de uma assembléa geral a quaesquer pessoas com direito de recebê-lo ou o não recebimento do aviso por quaesquer socios não annullarão quaesquer actos praticados em assembléas geraes.

49. Todos os negocios a tratar em uma assembléa extraordinária serão considerados especiaes, e todos os tratados em uma assembléa ordinaria, com excepção da declaração de dividendos, exame das contas e do balanço e o relatório ordinário dos directores e contadores juramentados, eleição de directores e outros funcionarios para substituir os retirantes por turno, e determinação da remuneração a pagar aos contadores juramentados, serão considerados também especiaes.

50. Não se tratará em qualquer assembléa geral, de assumpto algum, sem que esteja presente um *quorum* de socios na occasião em que se começar a deliberar, salvo disposição em contrario nestes estatutos, tres socios presentes pessoalmente constituirão *quorum*.

51. Si depois de meia hora da hora marcada para uma assembléa geral não houver *quorum* presente, a assembléa, si convocada á requisição dos socios, dissolver-se-ha; em outro qualquer caso ficará adiada para o mesmo dia da semana seguinte na mesma hora e lugar e si na assembléa adiada não houver *quorum* presente, depois de decorrida meio hora da hora marcada para a reunião, os socios presentes constituirão *quorum*.

52. O presidente, si houver, da directoria, presidirá como presidente todas as assembléas geraes da companhia.

53. Si não houver esse presidente, ou si em qualquer assembléa geral, elle não estiver presente dentro dos quinze minutos que decorrerem depois da hora marcada para a realização da assembléa, ou si não quizer agir como presidente, os directores presentes ou na falta destes, os socios presentes á assembléa escolherão um dos directores para presidir a assembléa e si não houver director presente, ou si todos os directores presentes não quizerem aceitar a presidência, os socios presentes na assembléa escolherão um dentre elles para dirigir os trabalhos da assembléa.

54. O presidente, com o consento de uma assembléa geral em que houver *quorum* presente (e deverá si assim resolver a assembléa) poderá adiar a assembléa para outro lugar e hora que julgar mais opportunos, porém não se tratará em qualquer assembléa adiada, de outro assumpto que não o que ficou por ultimar na assembléa em que ficou decidido o adiamento. Quando uma assembléa fôr adiada por dez ou mais dias, deverá ser dado aviso do adiamento como si se tratasse de uma assembléa original. Salvo o disposto supra não será preciso dar aviso de adiamento de assembléas nem dos negocios a tratar nas assembléas adiadas.

55. Em qualquer assembléa geral uma resolução posta a votos da assembléa será decidida por votação symbolica, salvo si antes ou no acto de declarar o resultado da votação symbolica, fôr pedido escrutinio do modo ulteriormente determinado nestes estatutos; e a não ser que seja pedido esse escrutinio, uma declaração do presidente de que uma resolução — em votação symbolica — foi approvada, votada unanimemente ou por maioria especial, ou rejeitada e uma declaração disso lavrada no livro de actas da companhia constituirão prova conclusiva do facto sem ser preciso provar qualquer o numero ou proporção dos votos recolhidos em favor ou contra essa resolução.

56. Um escrutinio póde ser pedido sómente pelo presidente da assembléa ou por um socio ou socios possuindo ou representando por procuração ou com direito de votar com um decimo, no mínimo, do valor nominal do capital representado na assembléa, e no caso de uma resolução proposta como resolução especial ou extraordinária, poderá ser pedido escrutinio por cinco socios presentes quaesquer, pessoalmente ou por procuração e com direito de votar.

57. Si fôr devidamente pedido um escrutinio, será effectuado do modo que o presidente determinar, e o resultado de um escrutinio será considerado resolução da assembléa geral em que se solicitou o escrutinio.

58. No caso de empate de votos em votação symbolica ou em escrutinio, o presidente da assembléa geral em que se realizar uma votação symbolica ou em que fôr solicitado escrutinio, terá direito a um segundo voto ou voto de Minerva.

59. O escrutinio pedido para a eleição de um presidente ou para caso de adiamento, será realizado immediatamente. O escrutinio pedido sobre outra qualquer questão será realizado na occasião em que o presidente da assembléa geral determinar.

60. Um pedido de escrutinio não impedirá a continuação de uma assembléa geral para tratar de qualquer negocio que não aquelle para que foi pedido o escrutinio.

VOTOS DE SOCIOS

61. Em votação symbolica cada socio presente pessoalmente terá um voto. Em escrutinio cada socio terá um voto por libra esterlina do capital accções nominal, que possuir.

62. Uma companhia que for socia da companhia poderá, mediante resolução dos seus directores, autorizar qualquer dos seus funcionarios ou outra pessoa a agir como seu representante em qualquer assembléa geral desta companhia, e qualquer pessoa assim autorizada terá direito de exercer os mesmos poderes por parte da companhia que representar, que si fosse individualmente socio desta companhia.

63. Em se tratando de possuidores conjunctos, o voto daquelle que a mais tempo exercer o direito de voto, pessoalmente ou por procuração, será aceito com exclusão dos votos dos outros possuidores conjunctos, e para este fim a antiguidade será determinada pela ordem em que os nomes figurarem no registro de socios.

64. Um socio demente ou contra o qual houver sido expedido mandado por tribunal com jurisdicção em casos de affecção das faculdades mentaes, poderá votar, em votação symbolica ou em escrutinio, por intermedio do seu representante legal *curator bonis* ou outra pessoa da natureza de representante legal ou *curator bonis* nomeada por esse tribunal, e qualquer desses representantes legaes ou curadores ou outras pessoas poderão, em escrutinio, votar por procuração.

65. Nenhum socio terá direito de votar em uma assembléa geral sem que todas as chamadas e outros dinheiros então devidos por elle com respeito ás suas accções da companhia, hajam sido pagos.

66. Nenhum socio terá direito de comparecer ou votar em uma assembléa geral com respeito a qualquer accção que houver adquirido por transferencia sem que haja sido inscripto no registro de socios como possuidor dessa accção, no mínimo, tres mezes solares antes da época marcada para a realização da assembléa em que pretender votar ou (si essa assembléa fôr assembléa adiada) da época originariamente marcada para sua realização.

67. Em escrutinio, os votos poderão ser dados pessoalmente ou por procuração.

68. O instrumento nomeando um procurador será escripto pelo outorgante ou seu mandatario devidamente autorizado, por escripto, ou si o outorgante fôr uma corporação, sellado com o sello commum da corporação ou firmado por um funcionario ou mandatario assim autorizado. Ninguém agirá como procurador sem ter pessoalmente direito de comparecer e votar em a assembléa geral na qual tiver de agir como procurador, a menos que seja nomeado para agir nessa assembléa como representante de uma companhia que fôr socia desta companhia nos termos da clausula contida anteriormente nestes estatutos.

69. O instrumento nomeando procurador e o titulo de procuração ou outro instrumento, si houver, devidamente firmado ou cópia certificada notarial do dito instrumento serão depositados no escriptorio nunca menos de quarenta e oito horas antes da hora marcada para realização da assembléa geral em que a pessoa nomeada no instrumento tiver de votar, e si não produzir esse instrumento de procuração não será considerada validamente constituída para votar.

70. O instrumento nomeando procurador poderá ser da forma seguinte ou de outra forma qualquer que os directores approvarem:

(Nome da companhia)

"Eu de na de socio da (nome da companhia) pelo presente nomeo meu procurador para votar por mim e por minha parte na assembléa geral (ordinária ou extraordinária) conforme o caso da companhia, a realizar-se no dia de de e em qualquer adiamento da mesma.

Assignado neste dia de

71. Os directores terão a faculdade de preparar e emitir instrumentos sellados para nomeação de procuradores, em branco, ou nomeando um ou mais dos directores ou qualquer outra pessoa ou pessoas e de remetter envelopes sellados aos socios a expensas da companhia para devolução dessas procurações.

72. Um voto dado de accordo com os termos de um instrumento de procuração será valido a despeito da morte prévia do outorgante ou da revogação da procuração ou da transferencia das acções com respeito ás quaes o voto fôr dado, salvo si um aviso escripto da morte, revogação ou transferencia houver sido recebido no escriptorio vinte e quatro horas antes da assembléa geral ou da assembléa adiada em que o voto houver de ser dado.

73. O presidente de uma assembléa geral será o unico o juiz absoluto da validade de cada voto dado nessa assembléa, ou em escrutinio pedido na mesma, e poderá reconhecer ou não qualquer voto dado, conforme entender que o mesmo deve ser valido ou não.

DIRECTORES

74. O numero de directores não será inferior a dous nem superior a cinco.

75. Os primeiros directores da companhia serão nomeados por instrumento escripto firmado pelos subscriptores do *Memorandum* de Associação da Companhia e os subscriptores poderão nomear qualquer um ou mais do seu numero para os cargos de primeiros directores.

76. A remuneração dos directores pelos seus serviços será a importancia que fôr marcada opportunamente pela companhia em assembléa geral. Um director será reembolsado das despesas de viagem e de hotel que fizer para comparecer ás assembléas da directoria ou ás assembléas geraes ou para outros actos referentes aos negocios da companhia.

77. A qualificação de um director será o possuidor, elle em seu proprio nome, só ou conjuntamente com outra pessoa, acções do valor nominal de cem libras esterlinas, no minimo. Um director poderá agir a fim de adquirir sua qualificação, porém, deverá adquiri-la dentro do mez que se seguir á sua nomeação e, si não o fizer, seu cargo ficará vago, *ipso facto*.

78. A remuneração de um director gerente (salvo o disposto em qualquer contracto entre o mesmo e a companhia) será marcada opportunamente pelos directores e poderá ser, a titulo de ordenado, comissão ou participação nos lucros, ou por todos ou quaesquer desses processos ou não.

79. Si qualquer dos directores exercer um outro cargo na companhia, ou si fôr convidado a prestar serviços extraordinarios, ou a fazer uma viagem para quaesquer negocios da companhia, a companhia poderá pagar as despesas desse director e remunerar-o por meio de uma quantia fixa ou ordenado ou comissão, ou dando-lhe uma percentagem nos lucros, ou de todas ou quaesquer das formas citadas ou não, conforme os directores determinarem, e essa remuneração poderá ser adicional ou em substituição á sua remuneração anteriormente marcada neste instrumento.

PODERES E DEVERES DE DIRECTORES

80. Os negocios da companhia serão geridos pelos directores, que poderão pagar todas as despesas feitas pela formação e registro da companhia e poderão exercer todos os poderes da companhia que pelas Leis das Companhias, ou pelos presentes estatutos não tenham de ser exercidos pela companhia em assembléa geral, salvo, entretanto, o disposto nas clausulas e regulamentos das mesmas leis e destes estatutos e os regulamentos que não sendo contradictorios ás alludidas clausulas ou regulamentos, forem prescriptos pela companhia em assembléa geral; porém, nenhum regulamento feito pela companhia em assembléa geral, annullará qualquer acto anterior dos directores que teria sido valido, si esse regulamento não houvesse sido feito.

81. Os directores poderão, opportunamente, nomear um ou mais dos seus membros para o cargo de director gerente pelo prazo e mediante as condições que entenderem, e um director assim nomeado enquanto exercer esse cargo não ficará sujeito á retirada por turno, nem será computado na determinação dos directores a sahir; porém, sua nomeação ficará sujeita ao arbitrio dos directores que poderão destitui-lo; e *ipso facto* si deixar por um motivo qualquer de ser director ou si a companhia em assembléa geral votar uma resolução extraordinaria de que fica destituído do cargo de director gerente, terá de renunciar ao cargo de gerente.

82. Os directores poderão opportunamente dar e conferir ao director gerente ou a qualquer outro funcionario da com-

panhia na occasião, os poderes exerciveis por força dos presentes estatutos, pelos directores que entenderem, e poderão conferir esses poderes pelo prazo e para serem exercidos para os fins e objectos e mediante os termos e condições e com as restricções que entenderem, e poderão opportunamente revogar, retirar, alterar ou modificar todos ou quaesquer desses poderes.

83. Os directores poderão opportunamente e em qualquer tempo, estabelecer conselho, consultores ou subordinados ou comissões de directores ou outras ou agencias para gerirem quaesquer dos negocios da companhia na Inglaterra ou no estrangeiro, e poderão opportunamente e em qualquer tempo nomear qualquer pessoa, firma ou companhia, membro desse conselho, comissão ou agencia, ou director local, gerente ou agente da companhia, e poderão fixar suas remunerações; e quaesquer desses conselhos, comissões ou agencias, poderão ser constituídos por uma ou mais pessoas, firmas ou companhias, conforme os directores determinarem.

84. Os directores poderão delegar opportunamente e em qualquer tempo, a qualquer pessoa, firma ou companhia, assim nomeada, quaesquer dos poderes, faculdades e attribuições na occasião conferidos aos directores, e poderão autorizar o membro ou membros na occasião dessas comissões, conselhos ou agencias, ou qualquer delles, a preencherem as vagas existentes nos mesmos e para agirem a despeito de qualquer vaga; e qualquer dessas nomeações, delegações ou autorizações poderá ser feita mediante os termos e sujeita ás condições que os directores entenderem, e os directores poderão em qualquer tempo destituir qualquer pessoa nomeada desta forma e annullar ou variar quaesquer dessas delegações ou autorizações.

85. Os directores poderão nomear em qualquer tempo, e opportunamente, por falta de procuração, sellada com o sello da companhia, qualquer pessoa procurador da companhia, para os fins e com os poderes, faculdades e attribuições (sem exceder os conferidos ou exerciveis pelos directores, por força dos presentes estatutos) e pelo prazo e mediante as condições que os directores opportunamente entenderem, e qualquer dessas nomeações, si os directores entenderem, poderá ser feita em favor dos membros ou de quaesquer dos membros de uma comissão, conselho ou agencia, estabelecida na forma supra ou em favor de qualquer firma ou companhia ou dos membros directores, representantes legais ou gerentes de qualquer firma ou companhia, ou ainda em favor de qualquer aggregração fluctuante de pessoas, nomeadas directamente ou indirectamente pelos directores; qualquer desses instrumentos de procuração poderá conter as clausulas que os directores entenderem para protecção ou conveniencias das pessoas que tiverem transacções com esse procurador.

86. Os directores poderão autorizar qualquer desses delegados ou procuradores supracitados a subestabelecer todos ou quaesquer dos poderes, faculdades e attribuições a elles conferidos na occasião.

87. Os directores deverão observar na devida forma as disposições das Leis das Companhias, especialmente no que disserem respeito a registro dos detalhes de hypothecas e gravames que affectarem os bens da companhia ou por ella creados, escripturando um registro do director e remetendo ao registrator de companhias uma lista annual de socios e o sumario dos detalhes a elles referentes, bem assim aviso de qualquer consolidação ou augmento do capital, acções ou conversão de acções em titulos e cópias de resoluções especiaes e cópia do registro dos directores e communicação de quaesquer modificações dos mesmos.

88. Os directores manterão lavrar actas em livros especialmente destinados para isso:

a) da nomeação de funcionarios, feita pelos directores;

b) dos nomes dos directores presentes em cada assembléa da directoria e de qualquer comissão da directoria;

c) de todas as resoluções e medidas tomadas nas assembléas da companhia e da directoria e comissões da directoria.

Todos os directores presentes em qualquer assembléa da directoria ou de comissão da directoria, deverão assignar seus nomes em um livro especialmente reservado para isso.

O SELLO

89. O sello só será affixado a um documento qualquer com ordem da directoria, mediante resolução. O instrumento em que for affixado o sello, deverá ser referendado, no minimo, por dous directores e pelo secretario ou por qualquer outra pessoa que a directoria nomear para esse fim; porém, no caso de certificados de acções ou de qualquer outro instrumento ou classe de instrumento, si os directores determinarem, bastará que o documento seja referendado por um director em vez de dous.

DESTITUIÇÃO DE DIRECTORES

90. Perderá o cargo de director aquelle que:
- a) deixar de ser director por força das Leis das Companhias; ou
 - b) resignar o cargo mediante aviso prévio de um mez, por elle escripto e firmado e depositado no escriptorio; ou
 - c) ficar fallido; ou
 - d) ficar affectado das faculdades mentaes ou louco; ou
 - e) ausentar-se das reuniões da directoria durante tres mezes successivos sem pedir licença e os directores resolverem que deve ser destituido do cargo.

SAÍDA DE DIRECTORES POR TURNO

91. Salvo o disposto nestes estatutos, na primeira assembleia geral ordinaria da companhia, que não a assembleia constituinte e nas assembleias ordinarias successivas, um terço dos directores na occasião, ou si seu numero não for multiplo de tres nem tres, o numero que mais se approximar de um terço, sem excedel-o, deverá deixar os cargos.
92. Os directores a sair em cada anno serão os que estiverem a mais tempo em exercicio desde a ultima vez em que foram eleitos, porém quando se tratar de directores eleitos no mesmo dia a ordem de retirada, salvo accordo em contrario entre elles, será determinada por sorte.
93. Um director retirante poderá ser reeleito.
94. A companhia na assembleia geral em que se retirar um director na forma supracitada poderá preencher a vaga aberta nomeando uma pessoa para ella.
95. Si em qualquer assembleia em que se deva realizar a eleição de directores os cargos vagos não forem preenchidos, os directores retirantes ou aquelles dentre elles cujos cargos não houverem sido preenchidos serão considerados reeleitos, a menos que nesta assembleia se resolva reduzir o numero de directores. A companhia poderá em assembleia geral preencher quaesquer outras vagas de cargos de directores.
96. A companhia poderá opportunamente em assembleia geral augmentar ou reduzir o numero maximo ou minimo de directores e alterar a ordem em que esses directores deverão deixar os cargos.
97. Os directores terão poderes, em qualquer tempo e opportunamente, para nomear uma pessoa qualificada director além dos membros da directoria então existente ou para preencher uma vaga casual, porém de modo que o numero total de directores não deverá em tempo algum exceder o maximo prescripto, e qualquer director assim nomeado exercerá o cargo até a proxima assembleia ordinaria seguinte da companhia somente, e será então reeleito.
98. Ninguém, a não ser um director retirante, poderá ser eleito (salvo si recommendado como candidato pelos directores) director em uma assembleia geral, a não ser que outro socio haja deixado quatorze dias inteiros antes da assembleia aviso escripto devidamente assignado no escriptorio da companhia, manifestando sua intenção de apresentar estas candidaturas, acompanhado de um aviso escripto assignado pelos candidatos declarando que consentem em ser eleitos.
99. A companhia em resolução extraordinaria poderá exonerar um director antes de terminado o seu mandato e mediante resolução ordinaria nomear outra pessoa no seu lugar; a pessoa assim nomeada ficará sujeita á retirada na mesma occasião que se fosse nomeada director no dia em que o director a quem veio substituir foi eleito director pela ultima vez.

ACTOS DE DIRECTORES

100. Os directores poderão reunir-se para tratar de negocios, adiar ou regular de outra forma qualquer suas assembleias conforme entenderem. As duvidas que se suscitarem em qualquer assembleia serão decididas por maioria de votos. No caso de empate na votação, o presidente terá um segundo voto ou voto de qualidade. Um director poderá, e o secretario á requisição deverá, em qualquer tempo, convocar uma assembleia da directoria.
101. O *quorum* necessario para tratar de negocios da directoria poderá ser fixado pelos directores e si não for fixado (quando o numero de directores exceder de dous) será de dous directores.
102. Os directores que continuarem em exercicio poderão agir a despeito de qualquer vaga em seu seio, porém quando o seu numero ficar reduzido a menos do minimo estabelecido pelos presentes estatutos para a constituição do *quorum* necessario dos directores, os directores que continuarem em exercicio poderão agir para augmentar o numero de directores

até o minimo prescripto ou para convocar uma assembleia geral da companhia, não podendo, porém, agir para outro fim qualquer.

103. Os directores poderão eleger um presidente de suas assembleias e determinar o prazo durante o qual ficará em exercicio; porém si não for eleito esse presidente ou sem uma assembleia qualquer o presidente não estiver presente dentro dos cinco minutos decorridos da hora marcada para a sua realização os directores presentes poderão escolher um dentre elles para dirigir os trabalhos da assembleia.

104. Uma resolução escripta assignada por todos os directores será tão valida como si tivesse sido devidamente votada em uma assembleia dos directores devidamente convocada e constituída.

105. Qualquer director poderá, com a approvação da directoria, mediante instrumento escripto por elle firmado depositado no escriptorio, nomear qualquer pessoa ou uma dentre quaesquer pessoas, si ella não for director para represental-o e votar por elle em quaesquer assembleias da directoria e poderá opportunamente revogar e com igual sancção renovar essa nomeação; e a pessoa assim nomeada deixará com o secretario seu endereço para onde poderão ser enviados quaesquer avisos. A pessoa nomeada para representar e votar por um director que houver deixado o endereço na forma supra terá direito de receber avisos das assembleias da directoria e de comparecer e de ser computado na constituição do *quorum*, bem como de votar nessas assembleias quando o seu constituinte estiver ausente, como si fosse pessoalmente director.

106. Os directores poderão delegar qualquer dos seus poderes a comissões compostas do membro ou membros de sua corporação que entenderem. Qualquer comissão constituida dessa forma, no exercicio dos poderes que lhe forem delegados, deverá conformar-se com os regulamentos que lhe forem impostos pela directoria.

107. Uma comissão poderá eleger um presidente de suas assembleias; si não for eleito o presidente ou si em uma assembleia o presidente não estiver presente dentro de cinco minutos que se seguirem á hora marcada para a realização da mesma, os membros presentes poderão escolher um dentre elles para presidir a assembleia.

108. Uma comissão poderá reunir-se ou adiar suas reuniões conforme achar conveniente. As questões que se suscitarem em qualquer assembleia serão decididas por maioria de votos dos votos presentes, e, no caso de empate, o presidente terá um segundo voto ou voto de qualidade.

109. Todos os actos praticados em qualquer assembleia da directoria ou de conselho consultivo ou subordinado ou comissão da directoria, ou por qualquer agencia ou pessoa agindo como director, agente ou gerente, mesmo que mais tarde se verifique que houve vicio na nomeação desses directores, conselhos, comissões, agencias ou pessoas agindo na forma supra ou que elles ou qualquer delles não tinham os qualificativos exigidos ou que não estavam mais em exercicio dos seus cargos, serão tão validos como si essas pessoas tivessem sido devidamente nomeadas e possuissem os qualificativos necessarios e se tivessem mantido no exercicio dos seus cargos.

110. Todas as actas firmadas pelo presidente de uma dessas assembleias ou de qualquer assembleia subsequente, serão recebidas como prova dos factos nellas consignados, sem ser necessario provas ulteriores.

DIVIDENDOS E RESERVAS

111. A companhia poderá exercer todos ou quaesquer dos poderes conferidos pelas Leis das Companhias com respeito a pagamento de juros do capital e com observancia do disposto nas Leis das Companhias; esses juros serão pagos pelo prazo e á taxa que os directores determinarem.

112. Os lucros da companhia calculados para dividendo serão applicados em primeiro lugar no pagamento de dividendos sobre as acções (si houver) com direito a preferencia de dividendo, de accordo com os seus respectivos direitos e prioridade, e o saldo dos lucros será applicado no pagamento de dividendos e bonificações sobre as acções ordinarias.

113. A companhia, em assembleia geral, poderá declarar dividendo; porém, nenhum dividendo deverá exceder a importancia recommendada pelos directores.

114. Todos os dividendos serão declarados e pagos de accordo com as importancias pagas sobre as acções em respeito ás quaes o dividendo for pago; porém, nenhuma importancia paga sobre uma acção como adiantamento de chamadas, enquanto vencer juros, será computada para os effeitos da presente clausula, como realizada sobre a acção.

115. Os directores poderão, opportunamente, pagar aos socios os dividendos provisorios que julgarem justificados pelos lucros da companhia.

116. Não será pago dividendo algum a não ser dos lucros.

117. Os directores poderão, antes de recomendar um dividendo, reservar dos lucros da companhia as quantias que julgarem convenientes para a constituição de um fundo ou fundo de reservas, afim de fazer face a emergencias, cobrir depreciações ou prejuizos, pagar dividendos especiaes, igualar dividendos, liquidar gradualmente qualquer divida ou compromisso da companhia ou concertar, melhorar, augmentar ou manter quaesquer dos bens da companhia, cobrir riscos ou responsabilidades que não estiverem seguras pela companhia ou para outros fins que os directores a seu inteiro criterio acharem conducentes aos interesses da companhia; e os directores poderão applicar as varias quantias assim reservadas nos empregos de capital que entenderem, exceptuando-se em accões da companhia, e poderão opportunamente negociar esses empregos de capital e mudal-os e poderão dispôr de todo ou parte do dinheiro ou empregos de capital pertencentes ou representando qualquer fundo de reserva em beneficio da companhia, e poderão dividir qualquer fundo de reserva nos fundos especiaes que entenderem e poderão consolidar quaesquer fundos de reserva e variar os fins para os quaes qualquer fundo de reserva tiver guardado com plenos poderes para empregar o activo constituido qualquer fundo de reserva nos negocios da companhia sem serem obrigads a mantel-os separadamente dos outros activos. Os directores poderão em quaesquer occasiões, com a approvação da assemblea geral, capitalizar qualquer fundo de reserva ou parte do mesmo, e com identica approvação e com ou sem essa capitalização declarar e pagar bonificação ou dividendo com o dinheiro do fundo de reserva e fixar a época desse pagamento. Todas as disposições contidas no presente acto com respeito a dividendo, applicar-se-hão tanto quanto possível a bonificações ou dividendos declarados ou pagos por força desta clausula, e especialmente a clausula relativa a pagamento de dividendos por meio da distribuição de activos, applicar-se-ha como si essa bonificação ou dividendo fosse um dividendo na acção dessa clausula.

118. Os directores, com a approvação de uma assemblea geral, poderão determinar o pagamento de um dividendo, total ou parcialmente pela distribuição de activos especiaes e especialmente de accões, *debentures*, *debenture stock*, ou outras obrigações integradas ou não da companhia ou de qualquer outra companhia, ou de um ou mais destes modos; e si surgir qualquer difficuldade com respeito a distribuição poderão solve-la do modo que entenderem e, especialmente, poderão emitir certificados fraccionarios e determinar o valor para a distribuição desses activos ou de qualquer parte dos mesmos e determinar que serão feitos pagamentos em dinheiro a quaesquer socios na base do valor assim fixado; poderão entregar qualquer parte destes activos e *trustees* mediante os *trusts* que entenderem, em favor das pessoas com direito a dividendos. Si for necessario e quando o for será archivado um contracto de accordo com as Leis das Companhias e os directores poderão nomear qualquer pessoa ou pessoas para firmarem esse contracto por parte da pessoa ou pessoas com direito a dividendo, e essas nomeações serão effectivas.

119. Si varias pessoas forem registradas como possuidores conjunctos de uma accção, qualquer uma dellas poderá dar recibos validos de dividendos e pagar sobre a accção.

120. O aviso de qualquer dividendo que possa haver sido declarado, será dado do modo ulteriormente mencionado, ás pessoas com direito de recebê-lo e qualquer dividendo a pagar a uma pessoa com direito na forma supra será pago por cheque *warrant* em favor dessa pessoa ou de seu representante legal e esse *warrant* ser-lhe-há remittido pelo correio a seu risco para o seu endereço registrado ou para o seu representante legal, para o endereço desse representante fornecido á companhia.

121. Nenhum dividendo vencerá juros contra a companhia.

CONTAS

122. Os directores mandarão escripturar na devida forma: as quantias recebidas e gastas pela companhia e os negcios que motivaram esses recebimentos e gastos e o activo e o passivo da companhia.

123. Os livros de contabilidade serão escripturados no escriptorio ou em qualquer outro logar ou logares que os directores entenderem e serão sempre franqueados ao exame dos directores.

124. Os directores determinarão opportunamente si e ao que ponto em que occasião e logares mediante que condições ou regulamento as contas e livros da companhia ou quaesquer dellas serão franqueadas a exame de socios que não forem directores e nenhum socio que não for director terá direito de examinar contas, livros ou documentos, a não ser conforme autorizado por lei ou pelos directores ou pela companhia em assemblea geral.

125. Uma vez por anno, no minimo, os directores submeterão á companhia em assemblea geral a conta de lucros e perdas no periodo abrangido desde a conta anterior ou, no caso da primeira conta, desde a incorporação da companhia até data nunca anterior a seis meses dessa assemblea.

126. Será feito o balanço annualmente e submittido á companhia em assemblea geral até data nunca anterior a seis meses á realização dessa assemblea.

O balanço será assignado por dous dos directores por parte da directoria e acompanhado de um relatorio dos directores sobre o estado dos negocios da companhia declarando a quantia que recommendam dever ser paga a titulo de dividendos e aquella, si houver, que propõem seja levada a fundo de reserva.

127. Será entregue ou remittida pelo correio para o endereço registrado de cada socio uma cópia impressa do relatorio dos directores, acompanhada do balanço e da demonstração das contas, sete dias, no minimo, antes da assemblea geral.

128. Todas as contas dos directores, depois de examinadas e approvadas pela assemblea geral, serão concludentes, salvo si houver erro, verificado dentro dos tres meses que se seguirem á approvação das mesmas. Sempre que se verificar algum erro dentro desse periodo, as contas deverão ser corrigidas immediatamente e depois disso serão concludentes.

EXAMES DAS CONTAS

129. Serão nomeados contadores juramentados e designadas as suas funções de accordo com as leis das companhias.

AVISOS

130. A companhia poderá dar aviso a qualquer socio pessoalmente ou pelo correio mandando-o para o seu endereço registrado. Si o aviso for remittido pelo correio a sua remessa será considerada feita no dia em que a carta contendo o mesmo aviso for lançada ao correio, a despeito de qualquer prova em contrario.

131. Si um socio não tiver endereço registrado para onde lhe sejam remittidos os avisos, o aviso a elle endereçado e publicado em um jornal de circulação das vizinhanças do escriptorio registrado da companhia será considerado devidamente dado ao socio no dia em que esse aviso for publicado.

132. Um aviso poderá ser dado pela companhia aos possuidores conjuntos de uma accção remittendo-o ao possuidor conjunto cujo nome figurar em primeiro logar no registro dos socios com respeito a essa accção.

133. Um aviso poderá ser dado pela companhia ás pessoas com direito a uma accção em consequencia de fallecimento ou fallencia de um socio, remittendo-o pelo correio, em carta franqueada, a elles endereçado, em seu nome ou na qualidade de representantes de fallecidos ou de syndicos do fallido ou de outro qualquer modo para o endereço, si houver, fornecido pelas pessoas que tiverem os titulos supra mencionados; e emquanto esse endereço não for fornecido o aviso poderá ser dado do modo pelo qual poderia ser-lhe o si o socio não tivesse fallecido ou fallido.

134. O aviso de todas as assembleas geraes será dado de qualquer modo anteriormente autorizado nos presentes estatutos (A) a todos os socios da companhia, excepto aquelles que não tiverem endereço registrado, e tambem (B) ás pessoas com direito a uma accção em consequencia da morte ou fallecimento de um socio que teria tido o direito de receber o aviso da assemblea si não tivesse fallecido ou fallido.

Outras quaesquer pessoas não terão direito de receber avisos das assembleas geraes.

135. Qualquer pessoa que, por força de lei, de transferência, ou por outra causa, ficar com direito a uma accção será obrigada por todos os avisos relativos a essa accção que antes do seu nome e endereço serem inscriptos no registro de socio forem ou houverem de ser dados devidamente á pessoa em cujo nome essa accção tiver sido anteriormente registrada.

REGISTRO COLONIAL E SELLO PARA USAR NO ESTRANGEIRO

136. A companhia poderá exercer os poderes conferidos pelas leis das companhias com respeito a registros coloniales, e os directores poderão opportunamente, com observação da

disposto nas leis das companhias, fazer, alterar e reservar regulamentos referentes á escripturação desses registros.

137. A companhia poderá exercer os poderes conferidos pelas Leis das Companhias relativos a um sello official para ser usado em qualquer territorio, districto ou lugar fóra do Reino Unido, e os directores poderão opportunamente, com observancia do disposto nas Leis das Companhias, fazer, alterar e revogar regulamentos relativos ao uso desse sello.

LIQUIDAÇÃO

138. Si a companhia entrar em liquidação, voluntária ou doutra fórma, o liquidante poderá, com a approvação de uma resolução extraordinária, dividir entre os contribuintes em especie, qualquer parte dos activos da companhia e poderá, com identica autorização confiar qualquer parte dos activos da companhia, a *Trustees* mediante os *trusts* em beneficio dos contribuintes, que o liquidante, com identica approvação, entender, mas nenhuma socio será obrigado a aceitar acções que estiverem gravadas de qualquer fórma.

PROTECÇÃO E INDEMNIZAÇÃO

139. Salvo o disposto em qualquer contracto, nenhum director ou candidato a director perderá as qualidades para o cargo pelo facto de exercer outro qualquer cargo na companhia, ou de contractar ou negociar com a companhia em qualquer capacidade, e nenhum desses contractos e transacções nem qualquer contracto ou transacção celebrado pela companhia ou por parte della em que um director estiver directa ou indirectamente interessado ficará annullado, nem qualquer desses directores que fizer contractos ou tiver transacções, ao interesses dessas especies será obrigado a dar contas a companhia de quaesquer lucros que realizar nesses contractos ou transacções pelo facto de exercer o cargo de director ou em consequencia da sua capacidade ou posição fiduciária.

O facto de um director achar-se interessado em qualquer contracto ou transacção (que não o contracto mencionado na clausula 3ª do Memorandum de Associação da Companhia), e a natureza do seu interesse deverão ser por elle revelados na assembleia da directoria ou antes da assembleia em que o contracto ou transacção fór celebrado, si seu interesse já existir, e em outro qualquer caso na primeira assembleia da directoria subsequente á requisição do seu interesse; qualquer director assim interessado será computado na formação do *quorum*, porém, não votará sobre qualquer assumpto relativo a esse contracto ou transacção, porém si votar seu voto não será computado; esta prohibição porém não se applicará ao contracto mencionado na clausula 3ª do Memorandum de Associação da Companhia ou a qualquer modificação do mesmo ou referente ou consequente ao mesmo, e poderá em qualquer tempo ser suspenso ou relaxada pela companhia em assembleia geral. Um aviso geral de que um director é socio de determinada firma ou companhia ou de que tem interesse em determinado contracto ou negocio e que deve ser considerado interessado em todos os contractos e transacções subsequentes com essa firma ou companhia ou resultantes ou ligados a esses contractos ou transacções especiaes será considerado observancia sufficiente dos termos desta clausula, e uma vez dado esse aviso geral não será mais preciso dar avisos especiaes relativos a quaesquer desses contractos ou transacções subsequentes.

140. Subsequentemente ao disposto em qualquer contracto um director poderá ser ou vir a ser director ou socio de qualquer outra companhia organizada por esta companhia ou em que ella tenha interesse como vendedora, accionista ou em outra qualidade, e nenhum desses directores terá de dar contas de lucros recebidos como director ou socio dessas outras companhias. Porém um director não deverá voluntariamente relevar ou fazer uso de qualquer informação que ibi tiver como director a não ser para vantagens dos interesses da companhia e para a leal exploração dos negocios da mesma companhia.

141. Todos os directores *Trustees* gerentes, secretario e outros funcionarios e empregados da companhia serão indemnizados por esta de damnos, multas, custas, prejuizos e gastos que esses funcionarios ou empregados soffrerem ou tiverem de pagar em virtude de contractos celebrados ou actos ou instrumentos por elles outorgados como funcionarios e empregados ou em virtude de qualquer acto de quaesquer dos funcionarios, empregados ou aggregados da companhia ou de qualquer modo resultante do cumprimento dos seus deveres, inclusive despesas de viagem e a companhia por seus directores deverá pagar estas despesas com os direitos da com-

panhia. E nenhum director ou outro funcionario ou empregado da companhia será responsavel pelos actos, recibos, negligencias ou faltas de qualquer outro director, funcionario ou empregado nem por auxiliar em qualquer recebimento ou outro acto *pro-forma*, nem por prejuizos e despesas soffridos pela companhia, em virtude de insufficiencia ou deficiencia de titulo de qualquer propriedade adquirida para a companhia ou por parte della, nem por insufficiencia ou deficiencia de qualquer emprego do capital em que forem applicados os dinheiros da companhia nem por prejuizos ou damnos resultantes da fallencia, insolvencia ou facto fraudulento de quaesquer pessoas com quem houverem sido depositados dinheiros, titulos ou effeitos, nem por outros prejuizos, damnos ou emergencias quaesquer que occorrerem no cumprimento dos deveres dos seus cargos ou em relação aos mesmos, salvo si taes factos se dorem em virtude de seus actos ou faltas voluntarios.

Nomes, endereços e qualificação dos subscriptores

B. G. Pearson, 16, Carlton House Terrace S. W., negociante.

Jno. H. Macdonald, 47, Parliament St. S. W., contador juramentado.

J. Purdy, 58 Christchurch Road, Streatham Hill, S. W., gerente commercial.

H. W. Masters, Fexley Lane, Purley, Surrey, negociante.

Datado neste dia 23 de julho de 1912.

Testemunha das assignaturas de todos os supranomeados.

Alan G. Gibson, 21, Leadenhall Street E. C., advogado.

Por cópia conforme. — Geo J. Sargent, registrador auxiliar de sociedades anónimas.

(Sello de um shilling gravado no documento.)

No principio do documento estavam:

A chancella do Registro de Companhias da Inglaterra.

A nota: Registrado 88.108 — 24 de julho de 1912.

Estampilhas inglezas no valor de £ 1.13.00.

LEI CONSOLIDADA DAS COMPANHIAS, DE 1908

Resolução especial da Anglo Mexican Petroleum Products Company, Limited

Votada em 12 de setembro de 1912 — Confirmada em 28 de setembro de 1912

Em uma assembleia geral extraordinária dos socios da supracitada companhia, devidamente convocada e realzada no Escritorio Registrado da Companhia, Finsbury Court, Finsbury Pavement, Londres E. C. no dia doze de setembro de 1912, a seguinte resolução foi devidamente votada; e em uma assembleia geral extraordinária subsequente dos socios da mesma companhia, também devidamente convocada e realzada no mesmo lugar em 28 de setembro de 1912, a seguinte resolução foi devidamente confirmada como resolução especial:

RESOLUÇÃO

Que os estatutos da companhia sejam modificados do modo seguinte, a saber:

No art. 74 cancellando a palavra "cinco" e substituindo-a pela palavra "sete".

Por ordem da directoria. — C. H. M. C. Wilson, secretario. Por cópia conforme. — Geo J. Sargent, auxiliar do registrador de Sociedades Anónimas.

Estava um sello de um shilling gravado no documento. Duas estampilhas inglezas valendo ao todo oito dinheiros, inutilizadas.

N.º 123, 373/8 — Registrado: 110.153 em 30 de setembro de 1912.

CERTIFICADO DA INCORPORAÇÃO DE UMA COMPANHIA

Pelo presente certifico que a Anglo Mexican Petroleum Products Company, Limited, foi incorporada na conformidade da Lei Consolidada de Companhias de 1908, como Companhia Limitada, no dia vinte e quatro de julho de mil novecentos e doze.

Passado e por mim firmado em Londres neste dia quatorze de novembro de mil novecentos e doze. — Geo J. Sargent, registrador auxiliar de sociedades anónimas.

Sello de cinco shillings gravado no documento. Chancella do Registro de Companhias Anónimas.

Eu, abaixo assignado, Henry Alfred Woodbridge, tabellião publico de notas desta cidade de Londres, por nomeação régia, devidamente admittido, ajuramentado e em exercicio, reconheço verdadeira a assignatura do Sr. George John Sargent, registrador assistente de sociedades anonymas da Inglaterra, subscripta no fim da cópia certificada da escriptura de associação, estatutos e certidão de incorporação da companhia anonyma, estabelecida nesta cidade, denominada The Anglo Mexican Petroleum Products Company, Limited, que na lingua ingleza aqui se acham annexos.

Em testemunho do que, dou a presente certidão que subscrevo e sello em publico e razo nesta cidade de Londres, aos quatorze dias do mez de novembro de mil novecentos e doze.

Em testemunho da verdade. — H. A. Woodbridge, tabellião publico.

Estava o sello do mencionado tabellião.

Uma estampilha de um shilling inutilizada.

A assignatura e qualidade do Sr. H. A. Woodbridge, estavam devidamente authenticadas em 18 de novembro de 1912, pelo consulado geral do Brasil em Londres, firmando o reconhecimento o primeiro secretario da legação, encarregado do mesmo consulado, Dr. Ad. Guerra Duval.

Estampilhas federaes do valor colectivo de 7\$800, devidamente inutilizadas.

A assignatura e qualidade do Dr. A. Guerra Duval, estavam authenticadas na Secretaria das Relações Exteriores nesta Capital, em data de 17 de dezembro de 1912.

Por traducção conforme.

Sobre estampilhas federaes do valor colectivo de 20\$100.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1912. — Manoel de Matos Fonseca.